

ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

NOVOS PARADIGMAS NOS CURSOS DE LETRAS E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

Cláudio Luiz Abreu Fonseca (UERJ / UFPA)
cfonseca@ufpa.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A formação do professor de língua portuguesa é de responsabilidade dos cursos de Letras, cuja proposta científico-pedagógica deve levar o acadêmico a construir competências que o habilitem ao ensino e à aprendizagem de língua portuguesa, tendo em vista os objetos de conhecimento aí implicados como, por exemplo, a leitura e escrita de diferentes gêneros de discurso que circulam socialmente (Bakhtin, 1997). É o que propugnam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Língua portuguesa que constituem referência legítima e institucional para o ensino de língua portuguesa desde a época de sua publicação em 1998.

Os PCN se caracterizam como documentos norteadores da educação básica nacional, para a elaboração de propostas curriculares nas instâncias estaduais e municipais, de acordo com as diferentes realidades regionais:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. Com isso, pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania. (Brasil, 1998a, p. 5)

Ainda que os insuficientes programas de formação continuada procurem tornar legíveis e aplicáveis os PCN nas diversas instâncias envolvidas com a educação básica, almejou-

se que o movimento de mudança alcançasse também a universidade e os cursos de licenciatura, responsáveis pela formação dos quadros que irão atuar no ensino fundamental e médio, sintonizados com a proposta dos novos parâmetros. Talvez tenha sido esta a intenção do MEC ao convocar os cursos de licenciatura a elaborarem novos projetos pedagógicos, para que estejam em sintonia com a proposta dos PCN. De outra forma, como equacionar as diferenças de concepção entre a proposta dos PCN e a dos novos projetos político-pedagógicos das licenciaturas?

Os cursos de Letras iniciaram o processo de elaboração de projetos político-pedagógicos em consonância com o que dispõe a Resolução CNE/CP1, de 18 de fevereiro de 2002, cujo artigo 15 delibera que *“os cursos de formação de professores para a educação básica que se encontrarem em funcionamento deverão se adaptar [às diretrizes e resoluções do MEC para a educação básica e para o curso de Letras], no prazo de dois anos”* (Brasil, 2002).

Nossa intenção aqui é discutir em que medida a inserção de novos paradigmas nos cursos de Letras, que dão suporte à proposta dos PCN de Língua Portuguesa, estão contribuindo ou irão contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem de língua portuguesa nos cursos de Letras e, por extensão, na educação básica, procurando levantar questões que objetivem a reflexão sobre o conceito de paradigma no âmbito das ciências da linguagem e suas implicações na formação do acadêmico de Letras e do futuro professor de língua portuguesa.

NOVAS DISCIPLINAS NOS CURSOS DE LETRAS

Os novos projetos político-pedagógicos que vão se forjando a partir de 2002 procuram atender às determinações da legislação educacional vigente, seja para a educação básica

ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

(Brasil, 2002), seja para os cursos de licenciatura como o de Letras (Brasil, 2001). Além disso, devem estar adequados aos parâmetros, que em sua *Introdução* propõem que

a escola organize o ensino de modo que o aluno possa desenvolver seus conhecimentos discursivos e linguísticos, sabendo:

- ler e escrever conforme seus propósitos e demandas sociais;
- expressar-se apropriadamente em situações de interação oral diferentes daquelas próprias de seu universo imediato;
- refletir sobre os fenômenos da linguagem, particularmente os que tocam a questão da variedade linguística, combatendo a estigmatização, discriminação e preconceitos relativos ao uso da língua.

Uma vez que as práticas de linguagem são uma totalidade e que o sujeito expande sua capacidade de uso da linguagem e de reflexão sobre ela em situações significativas de interlocução, as propostas didáticas de ensino de Língua Portuguesa devem organizar-se tomando o texto (oral ou escrito) como unidade básica de trabalho, considerando a diversidade de textos que circulam socialmente. Propõe-se que as atividades planejadas sejam organizadas de maneira a tornar possível a análise crítica dos discursos para que o aluno possa identificar pontos de vista, valores e eventuais preconceitos neles veiculados. (Brasil, 1998a, p. 58-59)

Não seria preciso demonstrar que vários projetos político-pedagógicos de cursos de licenciatura em Letras ratificam a proposta dos PCN, introduzindo novas disciplinas, que atendam à perspectiva sociointeracionista, de base bakhtiniana (1992 e 1997), que passa a nortear a formação do acadêmico e do futuro professor de língua portuguesa. A linguagem por essa via é percebida como um fenômeno social, cujas manifestações discursivas ocorrem em contextos interacionais variados, em forma de textos orais ou escritos, materializados por diferentes registros e variedades linguísticas, adequados às situações de uso e às intenções dos sujeitos.

O Projeto Pedagógico do Curso de Letras (PPCL) da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

de Marabá (CAMAR), corrobora essa perspectiva ao inserir em seu currículo disciplinas como Prática de Língua Materna, Análise do Discurso, Análise da Conversação, Variação Linguística, Semântica e Pragmática (Marabá, 2005), que buscam atender a uma concepção de linguagem que se tornou quase um consenso na esfera universitária, pelo menos em relação aos aportes teóricos e metodológicos que devem dar suporte ao trabalho com e sobre a linguagem a ser realizado no âmbito da educação básica, a fim de propiciar a ampliação do conhecimento linguístico e discursivo dos sujeitos.

É importante salientar que essas mudanças que estão ocorrendo nos cursos de Letras com a entrada e saída de disciplinas, reconfigurando a formação do acadêmico e futuro professor de língua portuguesa, decorrem pelo menos de dois fatores: 1. os estudos linguísticos desenvolveram novas perspectivas de explicar e compreender os fenômenos da linguagem diferentes daquelas que circulavam nos cursos de Letras até a década de oitenta do século passado; 2. a crise em que vive a educação básica no país, em particular, aquela que se instalou no ensino e na aprendizagem de língua materna, caracterizada por indicadores preocupantes em relação às competências linguístico-discursivas dos alunos que concluem a educação básica.

Para Castilho (1998) a crise atual do ensino de língua portuguesa nos níveis fundamental e médio decorre de três crises com as quais o professor se defronta: a crise social, a científica e a do magistério.

Segundo autor, as mudanças que se processaram na sociedade brasileira, como o processo de urbanização tardio, caracterizado pela migração de grande contingente populacional das zonas rurais para as urbanas, modifica o perfil sócio-linguístico-cultural do alunado, para o qual as escolas não haviam sido preparadas, uma vez que

ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

deixaram de abrigar exclusivamente os alunos da classe média urbana – para os quais sempre foram preparados os materiais didáticos – e passaram a incorporar filhos de pais iletrados, mal chegados às cidades e a elas mal adaptados. (Castilho, 1998, p. 10)

Soma-se às causas sociais da crise do ensino apontadas, a necessidade de os professores de língua portuguesa em exercício se atualizarem em relação às concepções de linguagem que têm circulado nos meios acadêmicos, a fim de poder lidar melhor com os problemas linguísticos suscitados por uma sociedade em transformação. Isto se justifica por que a Linguística atual tem oscilado entre uma linguística do enunciado, em que a língua é concebida como um fenômeno homogêneo, como produto que deve ser examinado independentemente de suas condições de produção, e uma linguística da enunciação, a partir da qual a língua é vista na sua heterogeneidade e variação, configurando-se nos processos enunciativos, semânticos e pragmáticos, segundo o contexto que as condicionam.

Já a crise do magistério, de acordo com Castilho (1998, p. 13), resulta das crises social e científica, sobretudo, por que:

As mudanças sociais do país e o atual momento de transição de um paradigma científico para outro colocaram os professores de Língua Portuguesa numa situação muito desconfortável com respeito a “o que ensinar”, “como ensinar”, “para quem ensinar” e, até mesmo, “para quê ensinar”.

Para o linguista, está em curso a transição de um paradigma da ciência da linguagem para outro, da linguística do enunciado para a da enunciação, o que aponta para a substituição de uma pela outra, configurando-se em um momento de crise de paradigmas, cujos efeitos se fazem sentir nos cursos de Letras com a introdução de novas disciplinas que se coadunam com a perspectiva enunciativa de linguagem.

SOBRE PARADIGMAS E DISCIPLINAS
NOS CURSOS DE LETRAS

paradigma
pa.ra.dig.ma

sm (gr *parádeigma*) **1** Modelo, padrão, protótipo. **2** Ling Conjunto de unidades suscetíveis de aparecerem num mesmo contexto, sendo, portanto, comutáveis e mutuamente exclusivas. No paradigma, as unidades têm, pelo menos, um traço em comum (a forma, o valor ou ambos) que as relaciona, formando conjuntos abertos ou fechados, segundo a natureza das unidades. No primeiro caso temos os paradigmas lexicais e, no segundo, gramaticais. Exemplo de paradigma lexical: A *bela casa/alta/grande/verde*. Exemplo de paradigma gramatical: *and-a/and-as/and-a/and-amos*. (in: Michaelis. *Moderno Dicionário de língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2006. Versão eletrônica, disponível em www.uol.com.br)

O verbete em epígrafe define paradigma como *modelo, padrão, protótipo*, acepções que se referem ao campo da ciência em geral, o que quer dizer que uma área do conhecimento se legitima por possuir um modelo, padrão, teórico e metodológico, de explicação de um dado objeto de investigação, consoante uma perspectiva científica, que se consolidou em função de problemas que se propôs a resolver.

As mudanças que vêm se processando no âmbito dos saberes instituídos dos cursos de Letras, em particular no curso de Letras do Campus Universitário de Marabá, revelam como os paradigmas, compreendidos como modelos aceitos por uma comunidade de cientistas para a resolução de problemas, concernentes a uma área de investigação científica, em uma determinada época (Kuhn, 2005), não são permanentes ou pelo menos recebem atualizações em função de novos problemas, cujas hipóteses teórico-metodológicas iniciais não são mais aceitas ou válidas. Em um ou outro caso, pode-se falar em crise de paradigmas, “consequência de uma insatisfação com os modelos anteriormente predominantes de explicação” (Marcondes, 2005, p. 17), por exemplo, dos fenômenos linguísticos.

ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

De qualquer modo, a formalização, ou melhor, a institucionalização das disciplinas que antes não existiam nos cursos de Letras deverá repercutir na formação do acadêmico e do futuro professor de Língua Portuguesa. Consideramos que as disciplinas introduzidas no componente curricular do PPCL procuram ampliar as perspectivas de estudo da língua e da linguagem, contemplando novos problemas que antes não eram objeto das disciplinas do currículo anterior.

Em outras palavras, os estudos da linguagem, em seu percurso histórico, procuraram preencher as lacunas deixadas por algumas vertentes pioneiras (como a da gramática tradicional, da filologia, do estruturalismo, do gerativismo), seja concebendo a língua como atividade mental, seja resgatando a dimensão histórica que a delineia, recolocando os sujeitos como protagonistas da ação discursiva num dado contexto interacional, seja recuperando o cenário real da diversidade linguística, segundo os fatores sociais que a engendram e, ainda, conferindo à língua falada e aos fenômenos da conversação um lugar de destaque como objeto de estudos.

Pode se afirmar, por fim, que a política científico-educacional que permeia os projetos político-pedagógicos das licenciaturas em Letras - a do PPCL, em particular -, ao reformular o componente curricular do curso, procura alinhar-se às novas tendências da linguística, corroborando o movimento de mudanças, iniciado pelos PCN, para a reformulação da educação básica em Língua Portuguesa.

INTERROGANDO PARA CONCLUIR

Como vimos, a inserção de novas disciplinas nos currículos oficiais das licenciaturas em Letras, procurou ampliar as perspectivas de abordagem da linguagem, ao atender à perspectiva sócio-histórico-interacionista, que delineia a seleção e a forma como se devem trabalhar os conteúdos previstos nos

PCN de Língua Portuguesa (Brasil, 1998b). Caberia, então, indagar:

1. A definição de uma perspectiva de se trabalhar os objetos de conhecimento da linguagem em termos de parâmetros curriculares nacionais, que inegavelmente possuem uma força deliberativa, não atestariam uma tentativa de solucionar oficialmente a crise de paradigmas no âmbito dos cursos de Letras e do ensino de Língua Portuguesa na escola de educação básica?

2. Não atestariam também a incompetência dos cursos de Letras e, por extensão, dos professores de português que são formados, em selecionar de forma autônoma, consoante saberes experienciais, pedagógicos e científicos, as abordagens e os conteúdos de linguagem que melhor se apliquem aos diferentes contextos educacionais?

3. Dada a dispersão dos discursos da linguística (Cardoso, 2003), que saberes são mobilizados pelos futuros professores além dos instituídos na licenciatura em Letras?

4. Que discursos sobre a ciência da linguagem são privilegiados nos novos projetos político-pedagógicos em detrimento de outros?

5. Que consequências as mudanças que estão ocorrendo nos estudos da linguagem podem trazer para as políticas científico-educacionais que orientam a formação do acadêmico de Letras e do futuro professor de Língua Portuguesa?

6. Em que medida os discursos sobre a ciência da linguagem, que proliferam nos novos projetos político-pedagógicos, convergem e/ou confrontam com as práticas discursivas dos acadêmicos de Letras e futuros professores de Língua Portuguesa?

Interrogando, assim, pensamos estar fomentando o debate em torno das consequências da inserção de novo(s) paradigma(s) nos cursos de Letras, que dão suporte à proposta dos

ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

PCN de Língua Portuguesa, e de sua contribuição para a melhoria da qualidade da formação do acadêmico de Letras e do futuro professor de língua portuguesa.

BIBLIOGRAFIA

BAKHTIN, M e VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. *Introdução aos Parâmetros curriculares nacionais*. MEC, 1998a.

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa*. 5ª a 8ª séries. MEC, 1998b.

BRASIL. *Diretrizes nacionais para a educação básica*. MEC, 2002.

BRASIL. *Diretrizes nacionais para os cursos de letras*. MEC, 2001.

CARDOSO, S. H. B. *A questão da referência: das teorias clássicas a dispersão de discursos*. Campinas: Autores Associados, 2003.

CASTILHO, A. T. de. *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 1998.

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 9ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

MARABÁ. *Projeto pedagógico do curso de letras*. Pará: UFPA, 2005.

MARCONDES, D. *A crise dos paradigmas e o surgimento da modernidade*. In: BRANDÃO, Z. (org.). *A crise dos paradigmas e a educação*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.